

STAS - SINE - PE

MAGDA
Magda de Caldas Neto
Pesquisadora - Departamento de Economia

**INVESTIGAÇÃO SOBRE O SETOR INFORMAL NA RMR:
OS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DE BAIXA RENDA**

Primeiro Relatório
Projeto da Pesquisa

Magda de Caldas Neto
Pesquisadora - Departamento de Economia

**FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

Recife, outubro de 1985

S U M Á R I O

	Página
APRESENTAÇÃO	3
PRIMEIRA PARTE: REFERENCIAIS DA PESQUISA	5
1. Considerações preliminares sobre o setor informal	6
1.1 - Discussões teóricas	6
1.2 - O Setor informal nas economias subdesenvolvidas ...	7
1.3 - Recessão econômica e setor informal	8
2. Justificativa da pesquisa	10
3. Objetivos da pesquisa	17
4. Levantamento bibliográfico	18
SEGUNDA PARTE: ESPECIFICAÇÕES DOS TRABALHOS E PROCEDIMEN TOS METODOLÓGICOS	24
1. Análise global do setor informal	27
1.1 - Definição do estudo	27
1.2 - Estrutura do estudo	27
1.3 - Procedimentos adotados	28
1.4 - As atividades para a realização da análise.	32
2. Estudo do setor prestação de serviços	34
2.1 - Amostra da oferta de serviços	34
2.2 - Amostra da demanda de serviços	35
2.3 - Estrutura dos questionários	39
3. Avaliação do Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo ..	41
3.1 - O ambiente, o programa e as indagações suscitadas..	41
3.2 - Estabelecimento de uma base de informações	45
3.3 - Procedimentos e produto final	59
TERCEIRA PARTE: CRONOGRAMA E MEIOS UTILIZADOS	53
1. Cronograma	54
2. Meios utilizados	54
ANEXOS	

Investigação Sobre o Setor Informal na RMR:
 os trabalhadores autônomos de baixa renda/
 Dirceu Pessoa, coordenador. - Recife: FUNDAJ,
 1985
 nv.
 Primeiro relatório - Projeto da Pesquisa
 Convênio: FUNDAJ/STAS
 Inclui bibliografia e anexos
 I. Pessoa, Dirceu
 II. Fundação Joaquim Nabuco. INPSO. Departamento de Economia
 CDU 331:339.12 (815.41-201)
 162

APRESENTAÇÃO

O presente documento é o primeiro, de uma série de quatro, que a Fundação Joaquim Nabuco, através de seu Instituto de Pesquisas Sociais - Departamento de Economia - se propôs a produzir nos termos do convênio celebrado a 28 de agosto de 1985 com a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado de Pernambuco, com vistas à realização da "Investigação Sobre o Setor Informal da Região Metropolitana do Recife: Os Trabalhadores Autônomos de Baixa Renda".

A forma como essa investigação foi concebida ao nível da proposta inicial da Fundação, formulada em janeiro de 1985, com base nos termos de referência estabelecidos em julho de 1984, pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE/PE, contemplava a produção dos quatro documentos aludidos de acordo com o seguinte desenvolvimento: o primeiro documento, a ser produzido no primeiro mês dos trabalhos, diz respeito aos chamados estudos preparatórios para a execução da pesquisa. O segundo, no final do quinto mês, compreende os resultados dos estudos globais relativos ao dimensionamento do setor informal e a análise da sua evolução na região metropolitana do Recife. O terceiro relatório deverá ser entregue no final do oitavo mês e inclui os resultados do estudo específico sobre o setor informal que abrange a análise das perspectivas e potencialidades do desenvolvimento do setor informal e a caracterização do segmento de prestação de serviços. O quarto e último relatório enfim deverá compreender a totalidade dos resultados da pesquisa, incluindo tanto as conclusões dos relatórios parciais, revistos, quanto as constatações mais significativas sobre a avaliação do PATRA, bem como as propostas relacio-

nadas com o referido programa e com políticas para o setor informal, em geral.

Os estudos preparatórios objeto do presente relatório dizem respeito à elaboração do projeto da pesquisa, compreendendo um levantamento bibliográfico, discussões preliminares, a organização geral do trabalho e o detalhamento das tarefas a executar.

O documento se divide em três partes. Na primeira parte são delineados os grandes referenciais delimitadores da pesquisa, a saber: as considerações preliminares sobre o setor informal, a justificativa e os objetivos da pesquisa. Na segunda parte são feitas as especificações e definidos os procedimentos metodológicos correspondentes às três grandes fases em que se desdobra a pesquisa: a análise global do setor informal, o estudo do segmento específico da prestação de serviços e a avaliação do PATRA. Na terceira parte enfim são recapitulados o cronograma e os principais meios utilizados para a realização e apresentação dos resultados da pesquisa.

Participaram da elaboração deste projeto os economistas Ana Eliza V. Lima, Leonardo Guimarães Neto, Magda Caldas Galindo, Maria do Socorro Pedrosa de Araújo e Renato Santos Duarte, além da socióloga Rosa Amorim. Os serviços de secretariado e apoio editorial foram assegurados por Iêda Maria de Barros Pires.

Recife, outubro de 1985

Dirceu Pessoa
Coordenador

PRIMEIRA PARTE:
REFERENCIAIS DA PESQUISA

1. Considerações Preliminares sobre o Setor Informal

1.1. Discussões Teóricas

A década de 70 foi o marco inicial de uma, hoje, extensa e rica literatura técnica acerca do que se convencionou chamar de setor informal. Apesar de as atividades informais de produção e as pequenas unidades produtivas serem parte integrante das economias subdesenvolvidas desde tempos remotos, foi somente nos últimos 15 anos que elas se tornaram uma preocupação a parte dentro do segmento da teoria econômica que se denomina de economia do trabalho. Pesquisas empíricas e estudos teóricos foram produzidos em todo o mundo subdesenvolvido, tendo-se alcançado consideráveis progressos tanto no que concerne à caracterização e dimensionamento da vertente informal da economia urbana daqueles países, quanto nas formulações teóricas que explicam o surgimento e expansão quantitativa das unidades informais de produção. A bibliografia apresentada no item 4 lista alguns dos mais importantes desses trabalhos, tanto empíricos quanto teóricos.

A extensão da literatura sobre o setor informal não encobre, no entanto, a existência de dificuldades no tocante à caracterização das atividades informais e os traços que as distinguem das organizações formais. Tampouco existe consenso na interpretação das causas da proliferação do setor informal das economias capitalistas dependentes. Dados a diversidade dos resultados encontrados e dos fundamentos metodológicos dos trabalhos sobre o assunto ^{1/}, assim como o caráter introdutório do presente documento, essas diferenças não serão tratadas aqui: esses elementos serão objeto da preocupação da pesquisa ao nível do próximo documento a ser produzido - A Análise Global do Setor Informal.

^{1/} Para uma exaustiva análise das concepções teóricas do setor informal, ver Tarcísio Patrício de Araújo e Aldemir do Vale Souza. "A Heterogeneidade dos Mercados de Trabalho em Economias Subdesenvolvidas: Uma Discussão sobre o conceito de "Setor Informal", in Renato Duarte (org.) Emprego e Renda na Economia Informal da América Latina, Recife, Editora Massangana, 1984, pp. 19-43.

1.2. O Setor Informal nas Economias Subdesenvolvidas

A preocupação pelo estudo do setor informal nas economias capitalistas periféricas deve-se à sua importância relativa como ocupador de mão-de-obra, ou melhor dizendo, pela sua capacidade de acomodar o excedente de mão-de-obra formado seja pela resistência do segmento formal em contribuir significativamente para a criação de empregos, seja pelo rápido crescimento da oferta de trabalho decorrente do crescimento vegetativo da população urbana e dos fluxos migratórios provenientes da zona rural.

A passagem do estágio de economias predominantemente agrícolas e exportadoras de produtos primários para o de industrialização tardia, ao invés de contribuir consideravelmente para a expansão das oportunidades de emprego na economia urbana, o faz apenas timidamente. Isso porque o processo de substituição de importações nos países subdesenvolvidos se dá mediante a utilização de tecnologias originárias de países economicamente maduros. Essas tecnologias, por refletirem a dotação de fatores produtivos das economias desenvolvidas são, na maioria dos casos, intensivas em capital. Dentre as várias consequências que a importação de tecnologias traz, uma é a pouca contribuição oferecida pelo setor industrial para a absorção de mão-de-obra. Esse problema é agravado pelos fatores de estagnação e/ou de modernização que, ao intensificarem o êxodo rural-urbano, contribuem para aumentar a oferta de mão-de-obra nas áreas urbanas. Como o terciário é um setor reflexo dos outros dois, o segmento moderno do setor terciário tampouco contribui decisivamente para a oferta urbana de empregos. Por isso, as atividades informais terminam sendo o refúgio dos contingentes de trabalhadores que não encontram emprego no setor moderno da economia.

A distribuição da renda, por sua vez, é causa e efeito do tipo de industrialização posta em prática nos países subdesenvolvidos. Se a substituição de importações orienta-se pelo perfil da demanda, que é determinado pela estrutura de distribuição da renda, o prosseguimento do processo de industrialização será assegurado pela diversificação da demanda, que é ditada pe

la estrutura de distribuição da renda. Desse modo, a tecnologia e a distribuição da renda estão nas raízes da proliferação das atividades informais nos países subdesenvolvidos ^{1/}.

1.3. Recessão Econômica e Setor Informal

Se, mesmo em período de crescimento econômico as atividades informais se expandem rapidamente nos países subdesenvolvidos, em momentos de crise econômica essa situação tende a se acentuar. A redução na produção de bens e serviços, a modificação no perfil da demanda e a aceleração dos fluxos migratórios para os grandes centros urbanos certamente contribuem para a expansão do setor informal quando da ocorrência de processos recessivos. Mas são sobretudo as elevadas taxas de desemprego - e as necessidades de os desempregados criarem estratégias de sobrevivência para si e para as suas famílias - que explicam mais convincentemente a expansão das atividades informais em épocas de recessão econômica.

Apesar de parecer contraditória essa situação em que o segmento informal da economia se expande enquanto o setor moderno se retrai, isso ocorre por várias razões. Primeiro, pela substituição de bens e serviços, anteriormente produzidos por empresas formais, por similares oriundos do setor informal, em decorrência seja do fechamento de firmas formais, seja pela modificação do perfil da demanda. Segundo, pela elevada permeabilidade que as atividades informais apresentam à entrada de novos agentes produtivos, particularmente dos trabalhadores autônomos ^{2/}. A terceira, e não menos importante explicação, é

^{1/} Discussões mais detalhadas dessas questões podem ser encontradas em Tarcísio Patrício de Araújo e Aldemir do Vale Souza, *op. cit.* e Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte. *O Setor Informal de Salvador: Dimensões, Natureza, Significado*. Recife, Editora Massangana, 1980, pp. 74-79.

^{2/} Foi isso, aliás, o que ocorreu no Nordeste, durante a recessão econômica de 1981-83. Ver, a propósito, Jorge Jatobá. *Desenvolvimento Regional, Crise e Mercado de Trabalho: O Caso Brasileiro com Especial Atenção para o Nordeste - 1981-83*. (mimeo). Recife, junho de 1985, pp. 16-23; Liana Maria Carleial de Casimiro. *Acumulação Capitalista, Emprego e Crise: Um Estudo de Caso*. Tese de Doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1985. pp. 144-68.

aquela relacionada com a acentuação do empobrecimento dos trabalhadores informais. Ou seja, a entrada de novos agentes no setor informal aumenta a concorrência entre eles, daí decorrendo a redução dos seus rendimentos. Vale considerar, a esse respeito, que a pauperização de pessoas já muito pobres é enfrentada através do engajamento de membros da família em atividades informais, particularmente de donas de casa e de menores ^{1/}. Isto significa dizer que a expansão do informal, numa conjuntura recessiva, estaria associada não só à redução da capacidade de absorção da mão-de-obra do setor formal, origem de parte relevante do desemprego, como em razão da expansão da oferta de trabalho, dado que a redução da renda familiar obriga as famílias a uma mais intensa mobilização dos seus membros, num esforço de complementação da renda.

E' particularmente num contexto recessivo que se torna mais evidente o papel estratégico do segmento informal, como gerador de ocupação, embora em precárias relações de trabalho, e como amortecedor de tensões sociais que uma situação de desemprego aberto poderia acirrar, sobretudo na ausência de seguro desemprego e de proteção efetiva ao trabalhador desempregado. E é evidentemente por este motivo que, nas crises, o informal é lembrado nas políticas sociais, como elemento importante nas diretrizes relacionadas com a criação de emprego.

^{1/} Idem, Ibidem

2. Justificativa da pesquisa

O presente estudo justifica-se em, pelo menos, quatro pontos considerados fundamentais. O primeiro refere-se à magnitude do chamado "Setor Informal" no conjunto da economia nordestina, de um modo geral, e, em particular, na economia da Região Metropolitana do Recife - RMR -, que impõe a necessidade de se implantarem e desenvolverem ações voltadas para o apoio às atividades informais nessa Região. O segundo ponto diz respeito às diferentes e, às vezes, até confusas interpretações acerca do informal, que impossibilitam a compreensão mais clara de uma realidade social e econômica em expansão. O terceiro encontra-se relacionado ao desempenho desse setor nos períodos recentes de recessão econômica, nos quais o problema do subemprego e do desemprego aberto assumiu proporções consideráveis. E, finalmente, o quarto ponto voltado para uma avaliação do Programa de Apoio aos Trabalhadores Autônomos - PATRA.

Os dados estatísticos são reveladores de que é cada vez maior a proporção da força de trabalho ativa que cria formas especiais de ocupação que garantem a sua sobrevivência, o que parece evidenciar a incapacidade dos setores produtivos formais de gerar oportunidades de emprego capazes de atender ao crescimento dessa força de trabalho. Numa tentativa de comprovar o que acaba de ser dito, os dados que figuram na Tabela 1, referentes a atividades não-agrícolas do Estado de Pernambuco, parecem ser bastante oportunos, ao mostrarem que quase 40% do emprego é gerado em atividades que podem ser consideradas informais.

Com o auxílio da Tabela 2 pretende-se mostrar o peso das atividades informais na Região Metropolitana do Recife, sobretudo nos subsetores relacionados à construção civil, à prestação de serviços e às atividades industriais. Acrescente-se a isto que Cavalcanti ^{1/}, em estimativa feita para o ano de 1977, situava em cerca de 176 mil o número de pessoas classificadas como "trabalhadores tipicamente informais", somente na área do Grande Recife - o que o levava a crer na contribuição do Setor

^{1/} Cavalcanti, Clóvis. Viabilidade do Setor Informal: a demanda de pequenos serviços no grande Recife. Recife, IJNPS, 1978.

TABELA 1

Evolução do Emprego Formal e Informal por Setores de Atividade não Agrícola em Pernambuco
1950-1970

SETORES	1950				1970			
	Total	Formal	Informal	Distrib. (%)	Total	Formal	Informal	Distrib. (%)
ATIVIDADES INDUSTRIAIS	128.399	94.602	33.797	23,4	208.293	122.325	86.658	30,4
- Secundário I	100.088	84.077	16.011	11,1	125.004	89.331	35.673	12,5
- Extração Mineral	2.255	267	1.990	1,4	3.242	694	2.548	0,9
- Indústria de Informação	97.833	83.812	14.021	9,7	121.762	88.637	33.125	11,6
- Secundário II	28.311	10.525	17.786	12,3	83.979	32.994	50.985	17,7
- Indústria de Construção	21.618	3.832	17.786	12,3	69.611	18.526	50.985	17,7
- Energia e Gás	1.186	1.186	-	-	5.098	5.098	-	-
- Melhoramento Urbano e Abastecimento ...	5.507	5.507	-	-	9.270	9.270	-	-
ATIVIDADES TERCIÁRIAS	245.105	134.402	110.803	76,6	514.817	316.059	198.758	69,6
- Serviços de Produção	100.080	72.485	27.595	19,1	191.783	154.926	36.857	12,9
- Comércio de Mercadorias	62.561	38.442	24.139	16,7	122.524	87.623	34.901	12,2
- Comercialização de Móveis, Val. Mob. Cré dito Seg. e Capitalização	4.911	4.911	-	-	11.634	11.634	-	-
- Transporte, Armazenagem e Comunicação ..	32.608	29.152	3.456	2,4	57.575	55.519	1.956	0,7
- Serviços de Consumo Coletivo	39.623	39.623	-	-	121.099	121.099	-	-
- Serviços Administrativo Governamentais, Legislação e Justiça	11.008	11.008	-	-	35.743	35.743	-	-
- Defesa e Segurança	12.640	12.640	-	-	25.053	25.053	-	-
- Atividades Sociais	15.975	15.975	-	-	60.300	60.300	-	-
- Serviço de Consumo Individual	100.483	17.580	82.903	57,3	168.679	28.523	140.155	49,1
- Alojamento e Alimentação	6.215	6.215	-	-	12.355	12.355	-	-
- Higiene Pessoal	3.226	2.363	863	0,6	6.152	3.937	2.215	0,8
- Serviços Domésticos Remunerados	42.531	-	42.531	29,4	81.332	-	81.332	28,5
- Serviços de Diversão	1.795	1.265	530	0,4	3.975	2.488	1.487	0,5
- Serviços de Confeções, Conservação e Re paros	44.671	7.757	36.934	25,5	59.131	9.743	49.388	17,3
- Outros Serviços Pessoais	2.045	-	2.045	1,4	5.733	-	5.733	2,0
- Profissionais Liberais	2.846	2.846	-	-	5.968	5.968	-	-
- Outros Serviços	2.073	1.768	305	0,2	27.292	5.546	21.746	7,6
TOTAL DAS ATIVIDADES PREDOMINANTEMENTE URBANAS	373.504	228.904	144.600	100,0	723.800	438.384	285.416	100,0
- Percentagens	100,0%	61,29%	38,79%	-	100,0%	60,57%	39,43%	-

Fonte: SOUZA, Paulo Renato. A situação ocupacional em Pernambuco: elementos para atualização do diagnóstico e para a formulação da estratégia de desenvolvimento do Estado. / s. l. : s. ed. / 1979. p. 26. "Programa Serviços de Assistência ILPIS/COGEPE".

TABELA 2

Distribuição da PEA das Atividades não Agrícolas entre os Setores Formal e Informal na RMR 1970

Ramo de Atividades por Setor	(1.000 pessoas)			c/a (%)
	Total (a)	Formal (b)	Informal (c)	
Secundário	117,7	61,3	56,4	47,9
- Extração Mineral, Ind.Transf., Serviços Industriais	78,9	49,6	29,3	37,1
- Construção Civil	38,8	11,6	27,2	70,1
Terciário	339,6	228,0	111,6	32,9
- Comércio de Mercadorias	68,9	46,6	22,3	32,4
- Transporte, Comunicações, Ar mazenagem	35,9	35,9	-	-
- Comércio de Imóveis, Crédito, Seguro, etc.	41,5	41,5	-	-
- Administração Pública, Legis lação, Defesa, etc.	43,9	43,9	-	-
- Atividades Sociais	40,5	40,5	-	-
- Prestação de Serviços	108,9	19,6	89,3	82,0
Total Secundário e Terciário	<u>457,3</u>	<u>289,3</u>	<u>168,0</u>	<u>36,7</u>

Fonte: FIDEM, População, Emprego e Renda na RMR, hoje e amanhã: Plano de Organização Territorial. Recife, 1980.

Informal para a solução do problema do emprego" proporcionando ocupação a pessoas que, de outro modo, não teriam onde trabalhar" ^{1/}.

Esse modo de ver a economia informal, também chamada "economia invisível", é hoje enfatizado pelos próprios órgãos oficiais, através de seus representantes, que consideram o papel dinâmico desse setor "merecedor de estímulos do governo para que possa prestar mais serviços" ^{2/}. Em estudo sobre o "Emprego no Nordeste" ^{3/}, comprovou-se mais uma vez que "usando-se fontes distintas de informação, pode-se notar que cerca de um terço a mais de dois quintos da força de trabalho do meio urbano está engajada em atividades informais". No caso das Regiões Metropolitanas, o quadro pode ser resumido através dos dados da Tabela 3, estabelecendo-se inclusive uma comparação com o meio urbano nordestino.

TABELA 3

NORDESTE: Tamanho do Setor Informal Urbano

(Em Percentagens da Força de Trabalho)

Região e Área Metropolitana	Ano	Critérios	%
Recife ¹	1980	Renda e Tamanho do Estabelecimento	44,0
Salvador ²	1978	Renda	31,5
Fortaleza ³	1978	Renda	40,9
Nordeste ⁴	1970	Confronto Censos Demográficos	44,3

Fontes: 1. FIDEM/UFPE - Deptº de Economia, 1981
 2. Cavalcanti e Duarte, 1980
 3. Cavalcanti e Duarte, 1980
 4. Guimarães Neto, 1978

^{1/} Ópus citado, pág. 119.

^{2/} Sâvio Vieira (Secretário do Trabalho e Ação Social), em Entrevista concedida a redatores do Diário de Pernambuco. Recife, 22 de setembro de 1985. Cad. A-12.

^{3/} Jatobá, Jorge (Org.). Emprego no Nordeste: 1950-1980. Modernização e Heterogeneidade. Série: População e Emprego, nº 15. SUDENE, 1983.

Mesmo admitindo-se a ausência de critérios mais rígidos que permitam medições e comparações mais precisas acerca da participação do Setor Informal na economia como um todo, reconhece-se, no caso do Nordeste e, em particular, da RMR, a presença marcante dessas atividades em praticamente todos os setores econômicos. Tal constatação parece exigir do Setor Público um melhor conhecimento da realidade, com vistas à formulação de políticas voltadas para a dinamização de atividades que garantem a sobrevivência de significativo contingente da população Metropolitana do Recife.

Com relação ao mencionado confuso tratamento acerca do Informal, observa-se que ele acontece tanto no campo das definições como no das interpretações. Na tentativa de defini-lo, uns tomam como categoria de referência "o trabalhador", enquanto outros consideram "a Unidade de Produção". Daí, uma diversidade enorme de critérios que abrangem desde as formas de ingresso no setor, as relações de trabalho existentes, as oscilações da renda, até as maneiras como as unidades se organizam, o uso de tecnologia adaptada, a competitividade e regulamentação dos mercados, entre outros. As conceituações sobre o Setor Informal ora se apresentam associadas ao subemprego, ora se vêm confrontadas com o setor organizado do mercado de trabalho ^{1/}. A isto, somam-se as imprecisões resultantes, sobretudo, de conclusões bastante generalizadas acerca de um setor por demais heterogêneo, do que resulta a necessidade premente de se sair das generalizações para se atingir as particularidades de uma realidade cuja compreensão permanece confusa.

No que se refere às interpretações, também variações, algumas das quais bastante contraditórias, são observadas dentro da literatura existente. Essas contradições aparecem, principalmente, no confronto das abordagens de caráter dualista - que levam a crer na existência de setores econômicos paralelos -

^{1/} Ver: Cavalcanti, Clóvis. Compreensão e Perspectiva do Setor Informal Urbano. Revista Pernambucana de Desenvolvimento, CONDEPE, 1978.

até as concepções que vêem um só setor, perfeitamente integrado, em que as atividades ditas arcaicas, atrasadas, informais, não-capitalistas, autônomas, são funcionais para o sistema econômico como um todo. Oliveira ^{1/} - cuja interpretação acerca das atividades não tipicamente capitalistas, no Brasil, representa o grande corte no tratamento a elas dispensado -, mostra como essas forças, até então consideradas marginais, encontram-se integradas no mercado, com função bem definida: sustentar e alimentar a acumulação dos setores mais avançados da economia. Leite Lopes ^{2/}, por sua vez, fala da articulação existente entre o que ele chama "produção independente" e a "produção capitalista". Para ele, tal articulação se processa a nível dos salários e a nível da produção. Kowarick ^{3/}, não obstante considerar a existência de duas formas distintas - assalariada e marginal - de inserção nas atividades produtivas, acha que elas estão perfeitamente combinadas num único modo de produção - "que se baseia na superposição de tipos distintos de exploração da força de trabalho". Como Oliveira, ele vê a funcionalidade das atividades não tipicamente capitalistas para o processo de acumulação como um todo.

Para os adêptos das teses dualistas, o Informal se constitui num setor independente, economicamente eficiente, que demonstra vantagens comparativas em relação a atividades similares desenvolvidas no Setor Formal. A maximização do emprego de mão-de-obra, em consequência, principalmente, do tipo de tecnologia empregada, em regiões com alta disponibilidade desse fator de produção, é enfatizada como principal argumento para que se formulem políticas destinadas a beneficiar as pessoas neste setor engajadas.

^{1/} Oliveira, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. in Estudos CEBRAP, 1972.

^{2/} Lopes, Leite (Org.). Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação. Paz e Terra, 1979.

^{3/} Kowarick, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina.

No instante em que tais políticas são preconizadas, vê-se como imprescindível não só o aprofundamento das questões suscitadas, como também a avaliação do PATRA - tendo em vista inserir-se esse programa na mesma linha de ação das políticas acima referidas. O programa já vem funcionando há cinco anos, atendendo a um número considerável de profissionais prestadores de serviços, sem que até o momento tenha sido feita uma avaliação mais rigorosa acerca de sua eficiência e viabilidade econômica.

3. Os Objetivos da Pesquisa

A pesquisa tem como objetivo geral a análise do "Setor Informal" na Região Metropolitana do Recife - RMR -, priorizando a apreensão das características e especificidades do segmento "prestação de serviços", a partir da compreensão das formas de manifestação desse setor no espaço econômico da referida região. A partir daí, visam-se atingir outros objetivos, aqui considerados específicos, quais sejam:

- 1) Situar a "Economia Informal" em relação ao perfil recente da economia da RMR, de modo a permitir o dimensionamento das atividades informais nos setores secundário e terciário da economia;
- 2) Caracterizar e apreender a composição e articulação interna das diversas atividades que compõem aquele setor, assim como suas relações com o setor formal da economia, a fim de que possa ter um quadro evolutivo do Setor Informal no âmbito da RMR, centrando atenção especial nos períodos recentes de crise econômica;
- 3) Avaliar a possibilidade de desenvolvimento das atividades informais no espaço metropolitano, identificando os segmentos que apresentam maior potencial de crescimento no que diz respeito à oferta e à geração de emprego e renda;
- 4) Tornar claras as características específicas do segmento constituído pelos trabalhadores autônomos de baixa renda, mediante levantamento que leve em conta, principalmente, os mecanismos de mercado, as condições de trabalho, os níveis de qualificação e absorção de mão-de-obra, e o rendimento médio alcançado pela categoria;
- 5) Avaliar o "Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda" - PATRA -, levando em consideração: a) a análise da experiência de intermediação de serviços e a potencialidade de desenvolvimento dessa ação; b) a apreciação das dificuldades operacionais e das soluções apresentadas com vistas à melhoria de tal política de apoio; c) uma análise de sua viabilidade econômico-financeira.

4. Levantamento Bibliográfico

. A Questão do Emprego

CACCIAMALI, Maria Cristina. Emprego e geração de renda no Brasil (Ensaio). Programa de Ensino e Pesquisa em Economia Regional e Urbana. São Paulo, 1985.

CUNHA, Paulo Vieira da. A organização dos mercados de trabalho; três conceitos alternativos. Revista de Administração de Empresas, 19 (1); 29-46, jan./mar., 1979.

DOERINGER, P. e PIORE, M. Internal labour markets and manpower analysis. Lexington Mass. D. C. Heath and Company, 1970. (mimeo).

HOFFMANN, Helga. Desemprego e subemprego no Brasil. São Paulo, Ática, 1977. (Ensaio, 24).

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPEA. Sistemas de informações para políticas de emprego. Brasília, 1975.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE-ILO. Employment, growth and basic needs; a one-world problem. USA, Praeger, publishers, 1977.

KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

LIMA, Ricardo. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. Pesquisa e Planejamento Econômico, Brasília, 10(1), abril, 1980.

LUBELL, Harold. Desarrollo urbano y empleo; metrópolis del tercer mundo. Revista Internacional del Trabajo, 98(2) 0, abr./jun. 1979.

MARGLIN, Stephen. Origens e funções do parcelamento de tarefas; para que servem os patrões? In: Divisão social do trabalho, ciência, técnica e modo de produção capitalista. Porto, Publicações Escorpião, 1974. p. 7-53.

NUN, José et alii. A situação da classe trabalhadora na América Latina. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978, (Série CEDEC/Paz e Terra, volume especial).

_____. Marginalidad y participación social: Un planteo Introductorio: Simpósio sobre la participación social en América Latina, 1969. (mimeo)

NUN, José. Superpoblación relativa, ejercito industrial de reserva y masa marginal. Revista Latinoamericana de Sociología, 5 (2), jul., 1969.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO OIT. Empleo, crecimiento y necesidades básicas; estrategias de desarrollo em tres mundos. Ginebra. ago., 1975. Conferência Mundial Tripartita sobre el empleo, la distribución de los ingresos el progreso social y la división internacional del trabajo.

_____. Employment, incomes and equality; a strategy for increasing productive employment in Kenia. Ginebra, 1972.

OSHIMA, H. T. Labour force explosion and the labour intensive sector in Asian Growth. Economic Development and Cultural Change, 19(2), Chicago, 1971.

QUIJANO, OBREGON, Anibal. Redefinición de la dependencia y proceso de marginalización en América Latina. Santiago, 1970. (mimeo).

REICH, M. et alii. A theory segmentation, American Economic Review, 63 (2) may, 1973.

SETHURAMAN, S. V. Desarrollo urbano y empleo en Tacarta. Revista Internacional del Trabajo. 92(2-3), Ginebra, 1974.

SINGER, Paul . Economia política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo, Hucitec, 1977.

SOUZA, Paulo Renato. Ensaio, salário e mão-de-obra excedente, Estudos CEBRAP 25, São Paulo, s/d.

_____. Das desigualdades de salário en el mercado de trabajo urbano. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, o primer semestre de 1978.

_____ & TOKMAN, Victor. Distribución del ingreso, pobreza y empleo en áreas urbanas. El trimestre Económico, México, 45.

• O Emprego no Nordeste

CARVALHO, Inaiá Moreira de & HAGUETTE, Teresa Frota (Orgs.). Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro. São Paulo-Brasília, 1984.

CASEMIRO, Liana Maria Carleial. Acumulação Capitalista, Emprego e Crise: Um Estudo de Caso. Tese defendida no Departamento de Economia da USP. São Paulo, agosto 1985.

GUIMARÃES NETO, Leonardo & SOUZA, Aldemir do Vale. A Dinâmica do mercado de trabalho urbano no Nordeste. Trabalho apresentado no Encontro Sobre Emprego e Desemprego no Nordeste: avaliações e proposições. Recife, 1981.

_____. O emprego urbano no Nordeste; situação atual e evolução recente 1950/1970. Recife, BNDE/ETENE/GEDUR, 1976.

_____. Urbanização e emprego urbano no Nordeste. Revista Economica do Nordeste, Fortaleza, 9(2), abr./jun., 1978.

JATOBÁ, Jorge. Desenvolvimento regional, crise e mercado de trabalho: o caso Brasileiro com especial atenção para o Nordeste 1981/83. Recife, UFPE, 1985.

KELLY, Maria do Socorro de Barros. Força de Trabalho e Emprego no Nordeste: 1968-1972. Recife, SUDENE, 1978. (Serie População e Emprego, 4).

LOPES, José Sérgio Leite et alii. Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

OSÓRIO, Carlos. Ocupação e Renda. Economia de Pernambuco. Recife, UFPE, 1975.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves & FARIA, Vilmar. Bahia de todos os pobres. Rio de Janeiro, Vozes, 1980.

. O Setor Informal

BLUESTONE, B. Low wage industries and the working poor. Poverty and human resources abstracts, mar./abr., 1968.

_____. The Tripartity economy: labour markets and working poor. Poverty and human resources abstracts. jul./ago., 1970.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

DUARTE, Renato (Org.) Emprego e Renda na Economia Informal da América Latina. Recife, Editora Massangana, 1984.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE. Absorção de mão-de-obra nos mercados formal e informal, tecnologia e distribuição de renda. São Paulo, 1976.

GERRY, Chris. Petty producers and the urban economy; a case study of Dakar Geneva, International Labour Office, Sept., 1974. (World Employment Programme Research. Working Paper, 8).

HARRISON, B. Education and under employment in the ghetto. In: GORDON D. Theories of poverty and unemployment (Lexington Mass, D.C. - Heath and Co. 1972).

HART, Keith. Small scale entrepreneurs in Ghana and development planning, The Journal of Development Studies, Londres, jul. 1970.

_____. Informal Incomes opportunities and urban employment in Ghana. Journal of Modern African Studies. Londres, março, 1973.

KING, Kenneth. Skill acquisition the informal sector of an African economy: the Kenya case. The Journal of Development Studies. 11 (2) jan., 1975.

KRITZ, Ernesto & RAMOS, José. Medición del subempleo urbano. Informe sobre três encuestas experimentales. Revista Internacional del Trabajo, 93 (1º) 1, ene/feb., 1976.

LIMA, Ricardo. O setor informal como alternativa para a problemática do emprego. Brasília, s.d., mimeo.

MAZUMDAR, Dipak. The urban informal sector. Great Britain, World Bank reprint series, nº 43, v.4, august. 1976.

_____ & MASOOD, Ahmed. Labor market segmentation and the determination of earnings: a case study. Washington, World Bank Staff, Working Paper nº 278, may, 1978.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO - OIT. El sector informal on la economía urbana de Bogotá. Ginebra, ago., 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: crítica à razão dualista. Seleções CEBRAP 1, São Paulo, 1976.

PRANDI, José Reginaldo. O trabalhador por conta própria sob o capital. (Coleção Ensaio e Memória, nº 14).

PROGRAMA REGIONAL DEL EMPLEO PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - PREALC. Sector informal y política. Santiago, 1978.

QUIJANO, OBREGON, Anibal. Polo marginal de la economía y mano de obra marginalizada. Lima, Universidad Católica, 1971 (mimeo).

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, Editora S/A, 1979.

SETHURAMAN, S. V. El sector urbano no formal: definición, medición y política. Revista Internacional del Trabajo, 94, 91º) 1, julho/agosto, 1976.

SETHURAMAN, S. V. El sector urbano no formal en África. Revista Internacional del Trabajo, 96 (3º) 3, nov./dic., 1977.

SOUZA, Paulo Renato. Emprego e Renda na Pequena Produção Urbana no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, 11 (1).

_____ & TOKMAN, Victor. El sector informal urbano en América Latina. Revista Internacional del Trabajo, 94(3º) 3 nov./dic., 1976.

SUDENE/DRH. Programa de Apoio ao Setor Informal. Recife, 1980.

_____. Programa de Apoio aos Trabalhadores Autônomos de Baixa Renda. Recife, 1979.

STAS/Departamento de Formação para o Trabalho. Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda. Projeto. 1982.

TOKMAN, Victor. Las relaciones entre los sectores formal e informal: una exploración sobre su naturaleza. Revista de la CEPAL, primer semestre de 1978, p. 103-141.

_____. Políticas para el sector informal urbano na América Latina. Revista Internacional del Trabajo, 97 (3º) 3, jul./set., 1978.

. O Setor Informal no Nordeste

CAVALCANTI, Clóvis. Compreensão e perspectiva do setor informal urbano. Revista Pernambucana de Desenvolvimento, Recife, jan./jun., 1978.

_____ & DUARTE, Renato. À procura de espaço na economia urbana; o setor informal de Fortaleza. Recife, SUDENE/FUNDAJ, Brasília, M.T., 1980. (Série população e emprego, v.1).

_____. O Setor informal de Salvador; dimensão, natureza, significação. Recife, SUDENE/FUNDAJ. Brasília, M.T. 1980.

OLIVEIRA, Aécio Alves & CASEMIRO, Liana Maria Carleial de. Considerações sobre acumulação, emprego e crise na Região Metropolitana de Fortaleza. Revista Econômica do Nordeste, 1985, vol. 16.

. O Setor Informal na Região Metropolitana do Recife - RMR

BANDEIRA, Emanuel. Nos Porões dos Arrecifes (o trabalho autônomo no comércio de confecções da Cidade do Recife). Recife, UFPE, 1985.

CAVALCANTI, Clóvis. Viabilidade do Setor Informal; A demanda de pequenos serviços no Grande Recife. Recife, MINTER-SUDENE-DRH-DM, IJNPS, 1978. (Série Estudos e Pesquisas)

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE-FIDEM. Estudos sobre microunidades de produção na RMR; 1º relatório técnico parcial. Recife, jun., 1980.

_____. 2º relatório técnico parcial. Recife, jun., 1980.

_____. Estudos sobre microunidades de produção na RMR; projeto de pesquisa. Recife, jan., 1980. Projeto apresentado pela UFPE/Dep. de Economia.

_____. Cadastro de microunidades de produção de bens e serviços. Recife, agosto, 1980. V.4. Convenio SUDENE/FIDEM.

_____. Fortalecimento do sistema de apoio às microempresas; projeto. Recife, 1979.

MOTTA, Roberto & SCOTT, Parry (Orgs.) Sobrevivência e Fontes de Renda; estratégias das famílias de baixa renda no Recife, SUDENE, 1983. (série População e Emprego, 16).

SOUZA, Aldemir do Vale & ARAÚJO, Tarcísio Patrício. Apoio à Microempresa : limites do possível. SUDENE (série População e Emprego, nº 17).

TENDLER, Judith. Ventures in informal sector, and how they worked out in Brazil. s.l., 1983. (A.I.D. Evaluatin Special Study, 12).

UNIÃO NORDESTINA DE APOIO A PEQUENAS ORGANIZAÇÕES - UNO. Caracterização da microempresa e do microempresário da região metropolitana do Recife. Agosto, 1979.

SEGUNDA PARTE:
ESPECIFICAÇÕES DOS TRABALHOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se desdobra em três grandes segmentos devidamente articulados, descrevendo um processo de aproximações sucessivas, partindo-se da análise global do Setor Informal e aproximando-se, em seguida, o objetivo, do segmento prestação de serviços e, depois, especificamente do Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo. Esse desenvolvimento está retratado no Diagrama 1.

A fase correspondente à análise global do Setor Informal da RMR compreende os dois primeiros produtos estipulados para o estudo pelos Termos de referência, a saber: o dimensionamento das atividades informais e sua evolução no contexto da economia regional.

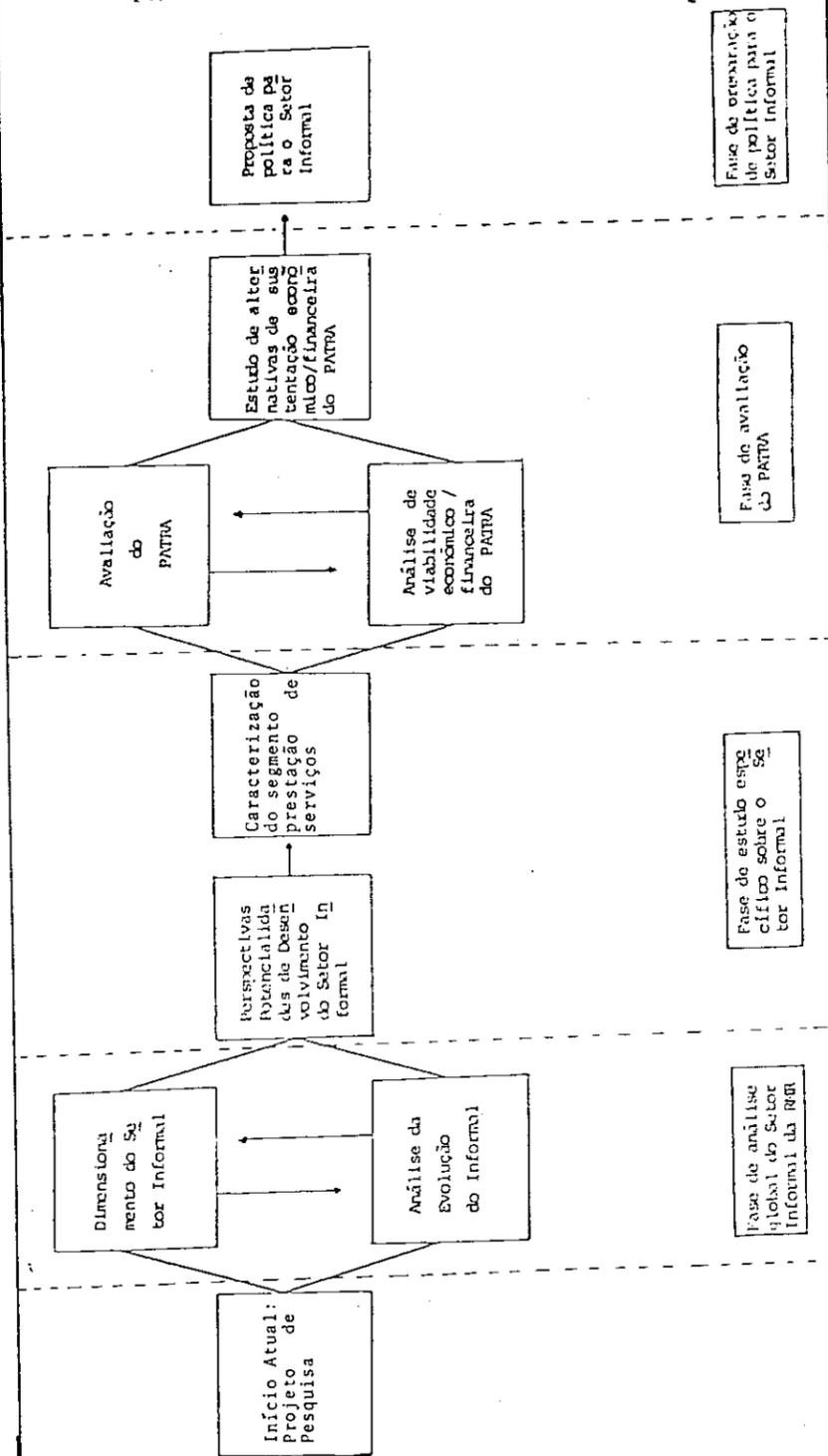
A fase seguinte pode ser considerada como de aprofundamento da análise global: a identificação, em uma primeira instância, das atividades informais apresentando maiores possibilidades de se desenvolverem e a caracterização das especificidades do segmento trabalhador autônomo de baixa renda na prestação de serviços.

Com base nesses elementos proceder-se-á ao exame do PATRA, compreendendo uma avaliação da experiência em termos de sua concepção e operacionalização; uma análise de sua viabilidade econômico-financeira e um estudo de alternativas de sustentação econômico-financeira do programa.

Como produto final do trabalho, os achados da pesquisa serão objeto de um documento de consolidação concluindo-se com a proposta de estratégias de atuação e de políticas governamentais para o setor informal e, mais especificamente, para o segmento prestação de serviços.

DIAGRAMA 1

REDE DE ATIVIDADES PARA O ESTUDO DO SETOR INFORMAL



1. Análise Global do Setor Informal

1.1. Definição do estudo

A análise sobre o setor informal na Região Metropolitana do Recife - RMR - envolve fundamentalmente o exame da sua importância relativa no conjunto da RMR, bem como o estudo de sua evolução no qual se procura identificar o comportamento dos seus distintos segmentos em um período mais recente. Além desses pontos, pretende-se, a partir das informações disponíveis, examinar a forma mais relevante de articulação do setor informal com as atividades formais, o que seguramente traria uma contribuição muito grande à compreensão da natureza e evolução do informal.

Com base nas constatações formuladas no desenvolvimento dos itens anteriormente referidos, deverão ser elaboradas propostas, de âmbito geral, relativas ao setor informal e à sua capacidade de geração de emprego e renda.

1.2. Estrutura do estudo

Com o propósito de melhor definir o estudo global sobre o setor informal na Região Metropolitana do Recife é apresentada a seguir uma estrutura do relatório que poderá, no desenvolvimento posterior do trabalho, ser alterada em seus aspectos formais:

- Introdução
 - . Concepção adotada sobre setor informal
 - . Procedimento seguido na realização do trabalho
 - . Partes componentes do relatório
- A Dimensão do Setor Informal na RMR
 - . Antecedentes: as tentativas de mensuração do informal em várias experiências: os procedimentos utilizados e os resultados obtidos
 - . Procedimento seguido no caso da RMR
 - . Os resultados obtidos e as principais constatações sobre sua dimensão

A Evolução do Setor Informal na RMR

- . As hipóteses sobre a evolução do setor informal em geral e exame de alguns trabalhos empíricos
- . Procedimento seguido no exame da RMR
- . Os resultados obtidos e as constatações mais relevantes, confronto com as hipóteses gerais
- O Papel do Setor Informal na Crise
- A Articulação das Atividades Informais com o Setor Formal
 - . As hipóteses gerais sobre as relações formal/informal
 - . As constatações mais relevantes para a RMR
- Considerações Finais
 - . Resumo da análise feita
 - . Algumas propostas de política para o informal

1.3. Procedimentos adotados

O estudo sobre o setor informal será elaborado, basicamente, a partir de informações secundárias e do exame de trabalhos já realizados sobre a Região Metropolitana do Recife. Para isto deve-se desenvolver um esforço de coleta, análise e compatibilização dos dados censitários, produzidos pelos órgãos oficiais, principalmente, censos demográficos e econômicos, além de levantamentos como os dos PNADs - Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - e outros dados levantados por entidades específicas, de interesse mais limitado, mas que poderão ser da maior validade no presente estudo: os dados da RAIS, levantados pelo Ministério do Trabalho; as informações constantes dos cadastros industriais produzidos ou apoiados pela Federação das Indústrias; as informações do arquivo da Secretaria da Fazenda sobre as empresas localizadas na Região Metropolitana do Recife.

E' evidente que, além desses, deverá ser examinado tanto trabalhos teóricos quanto estudos empíricos, não diretamente vinculados com o setor informal da Região Metropolitana do Recife, mas que poderão fornecer subsídios ao estudo específico do referido setor da RMR.

O estudo deverá iniciar-se pela discussão a respeito do setor informal, visando, em particular, estabelecer uma definição

que permita a melhor compreensão do desenvolvimento futuro da análise global sobre o setor e um entendimento de desenvolvimento da pesquisa em seu conjunto. E' evidente que não se trata de uma análise em profundidade, mas, é da maior relevância, que, a partir do exame procedido, seja produzida uma concepção do setor informal que auxilie no seu dimensionamento e no estudo da sua evolução.

No que se refere à Dimensão do Setor Informal, o procedimento a ser seguido envolve - ao lado da análise crítica dos estudos, estimativas e critérios adotados no seu dimensionamento, em diversas situações e localidades - a definição dos procedimentos utilizados para o caso concreto da RMR. Neste particular pensa-se explorar a disponibilidade de informações mais recentes, nessa quantificação, através das seguintes alternativas:

- a) Confronto dos levantamentos globais sobre a ocupação na RMR, a exemplo do censo demográfico, com levantamentos mais específicos sobre as atividades formais (censo econômico ou RAIS) que possibilitem, por diferença, a quantificação do emprego no informal, por ramos, ou atividades específicas;
- b) Estudo do nível de remuneração das pessoas engajadas nas diferentes atividades produtivas, visando, pelo estabelecimento de um nível considerado adequado como limite entre o formal e o informal, estabelece o número de pessoas, em cada atividade, que pudessem ser classificadas como submetidas a relações informais de trabalho e de remuneração;
- c) Identificação, no contingente de pessoas que trabalham sob as mais diversas denominações (empregadores, autônomos, empregados, membros de família) em distintas atividades produtivas, aquelas que possuem ou não vínculo com o sistema previdenciário ou têm cobertura através da legislação trabalhista.

A partir desses critérios serão discutidos à luz da concepção do informal anteriormente colocada e das qualidades das informações, as diferentes estimativas a respeito do referido setor. Com isto, será desenvolvida uma análise e estabelecidas comparações com estudos correlatos feitos tanto a respeito do informal da RMR, como desse setor em outras localidades.

Com relação ao tema Evolução do Setor Informal, pensa-se estabelecer para o último intervalo intercensitário (1970/1980) estimativas para o setor informal, notadamente em relação à utilização da força de trabalho, de modo a que se possam identificar as tendências que vêm ocorrendo no seu comportamento. Espera-se que, a partir de estimativas do informal na RMR para duas datas - 1970 e 1980, por exemplo - segundo os ramos de atividades, seja possível identificar em quais estaria ocorrendo uma maior ou menor "informalização" da economia.

A partir dessas estimativas pretende-se examinar os de terminantes desse processo, com base nos estudos mais gerais so bre a evolução da economia da RMR e do seu mercado de trabalho. Deve-se seguir a tais análises, o confronto das principais conclusões sobre a evolução do informal na RMR com: (i) a evolução do informal constatada para outras áreas; (ii) as teses mais re levantes sobre o comportamento do informal no contexto de países ou regiões subdesenvolvidas.

No que se refere ao papel que o informal vem desempenhando, recentemente, na crise, o estudo deverá centrar-se nos mecanismos adotados pelo mercado de trabalho numa situação recessiva. Tal mercado, diante da inexistência de um sistema de seguro e de cobertura social ao desempregado, tem no setor informal o seu principal "mecanismo" de ajuste, absorvendo parte considerável das pessoas que perderam suas ocupações nas atividades formais. Interessa, particularmente neste caso, a identificação das ativi dades que mais se expandiram neste setor, bem como a explicitação da evolução das categorias da PEA, segundo a posição na ocu pação (empregados, empregadores, autônomos, membros de família sem remuneração). Para isto, considera-se da maior relevância a utilização das PNADs, notadamente aquelas realizadas nos anos que precederam a crise (1978 e 1979) e as referentes aos anos de crise 1981/84.

No tocante à Articulação do Setor Informal com as ativi dades formais, a análise a ser procedida visa fundamentalmente identificar as formas de relacionamento que no caso da RMR, foram apresentadas em estudos já desenvolvidos. Além disso, a partir

de discussões e reuniões com técnicos ou administradores vinculados a entidades que desenvolvem programas junto ao setor informal - UNO, CEBRAE, ARTENE, FIDEM e outros - e com lideranças de associações e sindicatos vinculados a trabalhadores e profissionais que exercem sua atividade em segmentos informais, procurar-se-á obter dados adicionais que permitam complementar as informações sobre as formas de articulação/integração dos setores formal e informal. Neste particular serão examinadas as hipóteses que identificam nessa articulação as seguintes relações mais relevantes:

- a) Fornecimento de matérias-primas, por parte de empresas formalmente constituídas, para a produção informal e as formas em que isto se dá;
- b) As formas de transações do setor formal com o informal visando a venda de mercadorias ao consumidor através do comerciante informal;
- c) As relações de financiamento da produção de bens de serviços do informal, por parte de usuários individuais e instituições formais;
- d) A aquisição de bens e serviços, produzidos informalmente, por parte de empresas formais, e os mecanismos e formas através das quais isto ocorre.

Em termos mais gerais, o que se pretende nesta parte do relatório é perceber, no relacionamento formal/informal, não só as formas de competição que possam estar presentes, ou não, neste processo, do qual pode decorrer uma ação de "destruição" ou inibição das atividades informais, como, de acordo com o que já foi detectado em várias experiências, as formas de "recriação" do informal através de uma articulação na qual interessa ao formal a presença daquelas atividades. Importa, finalmente, neste capítulo sobre a articulação do informal com o contexto no qual se insere, uma abordagem geral e sumária do relacionamento que ele estabelece com as atividades e os órgãos governamentais que apoiam ou coíbem o seu funcionamento e desenvolvimento.

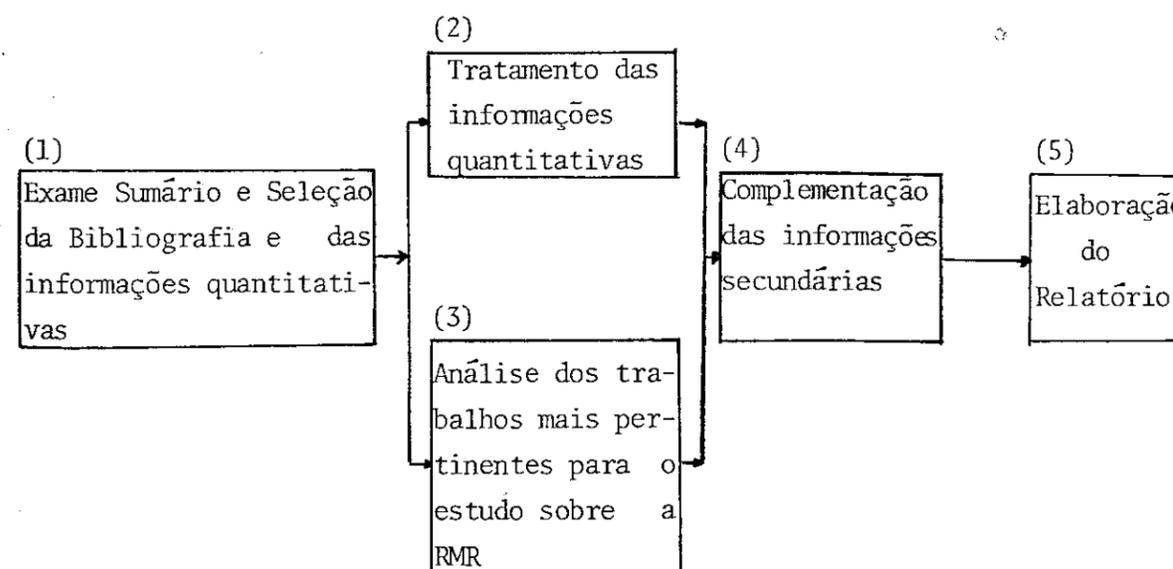
Na parte final do trabalho pretende-se, com base na análise feita, apresentar algumas propostas gerais sobre o informal

na Região Metropolitana do Recife, baseadas nas formas como ele vem evoluindo em período recente, nas modalidades de sua articulação com o formal e no seu relacionamento com os órgãos e as entidades governamentais. Dada a natureza do presente estudo, as propostas terão um nível geral de abrangência.

1.4. As Atividades para a realização da análise

Para a realização do estudo global sobre o Setor Informal na Região Metropolitana do Recife deverão ser desenvolvidas cinco atividades básicas cuja interrelação é assinalada no Diagrama 2.

DIAGRAMA 2



A primeira atividade - exame sumário e seleção da bibliografia e das informações quantitativas - compreende um primeiro contato com os textos mais relevantes levantados anteriormente, e com os dados censitários ou produzidos, eventualmente, por diversas instituições (oficiais ou não), além de uma primeira seleção dos mesmos, a partir do critério de sua importância para a realização do estudo. Em seguida, deverão ser desenvolvidas duas

atividades estreitamente interrelacionados:

- a de tratamento das informações quantitativas, levando em conta a compatibilização dos dados das diferentes fontes, o exame das questões conceituais envolvidas e o tratamento estatístico das informações;
- a análise dos trabalhos mais pertinentes: trata-se, no caso, de um exame atento dos textos mais pertinentes, no qual se procurarão identificar conceitos e procedimentos adotados que possam auxiliar no estudo do setor informal da RMR.

A quarta atividade - complementação das informações secundárias - diz respeito ao conjunto de trabalhos vinculados a contatos, reuniões e discussões com técnicos, administradores, especialistas ou lideranças de associações ou sindicatos relacionados com trabalhadores do setor formal, através dos quais podem ser obtidas informações complementares e adicionais sobre o setor informal da RMR, notadamente nos aspectos vinculados à articulação formal/informal e ao relacionamento dos trabalhadores, e das unidades da produção informal com as entidades governamentais.

Finalmente, de posse de tais informações, parte-se para a elaboração do relatório - quinta atividade - que deverá seguir, em suas linhas gerais, a estrutura anteriormente apresentada.

2. Estudo do Setor Prestação de Serviços

Esse estudo corresponde à fase imediatamente seguinte à da análise global do setor informal (ver Diagrama 1). Trata-se, de fato, de um aprofundamento da análise global onde serão identificadas, em uma primeira instância, as atividades informais que apresentem maiores possibilidades de se desenvolverem, procedendo-se em seguida, à caracterização das especificidades do segmento trabalhador: autônomo de baixa renda na prestação de serviços.

Uma primeira questão suscitada ao nível da identificação das atividades diz respeito ao seu dimensionamento.

O dimensionamento do setor informal urbano tem sido um desafio que até agora não foi superado, de forma incontestada, em nenhuma parte do mundo. Desse modo, a confecção de uma amostra sobre aquele setor deve seguir roteiros não-ortodoxos de técnica amostral, visto que não se conhece o tamanho do universo. É esse desconhecimento, aliás, que leva alguns estudiosos a usarem as expressões "economia invisível" ou "economia submersa" ao segmento informal da economia urbana.

2.1. Amostra da Oferta de Serviços

Para o cálculo do número de entrevistas a serem feitas com os trabalhadores engajados em atividades de prestação de serviços, seguiu-se o seguinte roteiro:

- a) Considerando que a PEA na RMR em 1980 era de 773.505 pessoas.
- b) Tendo em mente que as pesquisas sobre o setor informal urbano nas Áreas Metropolitanas do Nordeste estimam o seu tamanho entre 31% e 44% da Força de Trabalho, tomou-se o valor intermediário de 40%, que forneceu o número de 309.400 pessoas como constituindo o total de trabalhadores informais na RMR.
- c) Utilizando o percentual da PEA na RMR engajada em atividades de prestação de serviços que era, em 1980, de cerca de 24%, chegou-se ao número de 74.260 trabalhadores.

d) Fixando o percentual da amostra em 0,5% chegou-se ao número de 371 questionários a serem aplicados.

Pesquisa feita em Recife e Olinda^{1/} em 1976 demonstrou que existe uma considerável homogeneidade em uma mesma atividade informal no tocante a aspectos gerais como sejam: sexo e nível de inscrição do trabalhador, tecnologia utilizada, dimensão do mercado, rendimento médio, etc. Em vista dessa homogeneidade da população a ser pesquisada, a amostra de 0,5% parece ser satisfatória e significativa.

As TABELAS 4, 5 e 6 contêm informações que auxiliaram no processo de dimensionamento da amostra dos trabalhadores engajados na atividade de prestação de serviços.

2.2. Amostra da Demanda de Serviços

A demanda de serviços considerará dois tipos de mercado para essas atividades: a demanda domiciliar e a demanda institucional, ou seja, das repartições públicas, das empresas privadas e das instituições filantrópicas, religiosas e recreativas.

O estudo da demanda domiciliar será realizado através de uma amostragem estratificada por nível de renda da unidade domiciliar. A estratificação será feita mediante a divisão das áreas urbanas em três grupos de renda domiciliar: alta, média e baixa. A distribuição do número de questionários será feita proporcionalmente à população dos bairros, que serão considerados agrupadamente de acordo com os níveis de renda acima mencionados.

A amostra dos domicílios foi estimada em 345 unidades residenciais, correspondentes a cerca de 0,08% do número de domicílios existentes na zona urbana da RMR em 1980. A escolha desse percentual deveu-se à percepção de que, ao nível de cada um dos três grupos de renda considerados, existe uma grande homogenei-

^{1/} Clóvis Cavalcanti, Viabilidade do Setor Informal: a Demanda de Pequenos Serviços no Grande Recife (2ª Edição) Recife, Editora Massangana, 1983.

TABELA 4
População economicamente ativa na Região Metropolitana do Recife - 1980
(1)

Municípios	Total	Atividades Agropecuárias de Ext. Veg. e Pesca		Indústria de Trans- missão e formação	Indústria de Cons- trução	Outras Atividades Industriais	Comércio	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Atividades Sociais	Administração Pública	Outras Atividades	Procurando Trabalho
		de Ext. Veg.	Pesca										
Cabo	4,0	24,0	6,6	0,5	3,1	2,0	2,5	1,6	1,8	1,8	1,8	1,8	6,8
Igarassu	2,6	18,8	3,8	2,9	0,8	1,6	2,1	1,0	1,1	1,0	1,0	1,3	3,3
Itamaracá	0,3	1,7	0,1	0,8	0,0	0,2	0,1	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2
Jaboatão	12,8	11,3	15,2	18,6	17,0	13,4	14,7	11,6	8,3	9,8	8,4	8,4	12,5
Moreno	1,3	11,0	1,7	0,8	1,1	0,7	1,1	0,6	0,8	0,8	0,4	0,4	1,8
Olinda	11,8	2,1	10,4	11,9	11,1	12,4	12,2	12,9	13,4	13,1	14,1	14,1	10,7
Paulista	6,7	4,5	10,0	8,7	6,3	6,4	7,4	4,7	5,4	7,2	6,0	6,0	5,0
Recife	55,3	9,3	46,2	43,2	56,8	58,7	54,4	63,8	65,0	63,0	65,2	65,2	55,6
São Lourenço da Mata	5,2	17,3	6,0	8,0	3,8	4,6	5,5	3,5	4,0	3,0	2,6	2,6	4,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(773.505)	(31.397)	(130.506)	(67.275)	(15.142)	(114.196)	(43.437)	(184.235)	(74.899)	(55.919)	(29.308)	(27.191)	

Fonte: FIRGE - Censo Demográfico e de Mão-de-Obra - 1980

TABELA 5

Lista de Ocupação do segmento
Serviços

Empregada Doméstica	Fotógrafo
Lavadeira	Barbeiro
Costureira	Consertador de Rádio e Radiola
Faxineira	Consertador de Geladeira e Fogão
Bordadeira	Consertador de Móveis
Manicure	Amolador de Tesoura
Pedreiro	Aplicador de Sinteko
Vigia	Técnico em Refrigeração
Carroceiro	Empalhador de Cadeira
Alfaiate	Moldureiro
Encanador	Lanterneiro
Mecânico	Funileiro
Engraxate	
Soldador	
Eletricista	
Lavador de carro	
Sapateiro	
Pintor de Parede	
Jardineiro	
Borracheiro	
Carpiteiro	
Consertador de Relógios e Jóias	
Ferreiro	
Chaveiro	

TABELA 6

Domicílios particulares permanentes, situados nas áreas urbanas, segundo os municípios do Grande Recife - 1980

Grande Recife	Nº de Domicílios	%
Recife	242.967	56,3
Cabo	16.296	3,8
Jaboatão	58.273	13,5
Moreno	5.120	1,2
Olinda	53.178	12,3
Paulista	11.099	2,6
São Lourenço da Mata	11.697	2,7
Itamaraca	1.349	0,3
Igarassu	8.027	1,8
Abreu e Lima	8.416	2,0
Camaragibe	13.008	0,5
Itapissuma	2.161	0,5
Total	<u>431.591</u>	<u>100,0</u>

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico (Dados Distritais) - Pernambuco - 1980.

dade no tocante à demanda por serviços; ou seja, os tipos e a frequência em que os serviços são demandados, não apresentam grandes desvios dentro de uma mesma faixa de renda familiar. Por outro lado, restrições no orçamento da pesquisa não permitem que se aumente o percentual da amostra.

A pesquisa da demanda institucional constará da aplicação de 110 questionários, correspondentes a cerca de 0,2% das empresas que pagaram ICM na RMR em 1980, acrescido de igual número de empresas que, por motivos diversos não tinham pago aquele imposto no mesmo ano. Apesar de o número 110 poder parecer casuístico, acredita-se que será suficiente para apreender as características da demanda institucional de serviços. A distribuição das diversas instituições na amostra obedecerá à mesma adotada na pesquisa feita em Recife e Olinda em 1976.

2.3. Estrutura dos Questionários

A estrutura geral dos questionários da oferta e da demanda de serviço está retratada a seguir:

I - Oferta de Serviços

1. Identificação Pessoal (sexo, idade, instrução)
2. Formação Profissional Atual (ocupação anterior, época, forma e local de aprendizado)
3. Início da Ocupação (época, motivo, fonte do investimento, escolha do local, escolha do equipamento)
4. Clientela (doméstica, institucional)
Meios de contato
Frequência
5. Fixação do Preço do Serviço (mercado, custo do material, tipo de cliente, volume do serviço)
6. Jornada de Trabalho

7. Rendimento Médio
8. Sugestões para Melhorar (cooperativa, boxes, PATRA)

II - Demanda de Serviços

Doméstica e Institucional

1. Meio de Contacto com o Profissional (freguês, procura na vizinhança, oferta na porta, empresa, jornal, PATRA)

2. Frequência Média Anual de Demanda

<u>Lista de Serviços</u>	Nº de vezes/Ano
.	.
.	.
.	.

(ver Tabela 5)

3. Fixação do Preço (combina antes, mercado, etc)
4. Mudança de Profissional Prestador de Serviços?
Por quê?
5. Reclamações (qualidade, durabilidade, preço, assistência posterior)
6. Demanda Institucional (pessoal próprio, contrato)

Com base nas contribuições da análise global objeto da primeira fase e nos procedimentos metodológicos especificados acima, esta fase se encerrará com a apresentação de um relatório do qual constarão uma análise das perspectivas e das potencialidades do desenvolvimento do setor informal como um todo, e uma análise mais detalhada do segmento prestação de serviços.

3. Avaliação do PATRA

De acordo com os termos de referência do SINE-PE (julho de 1984) e com a proposta da Fundação Joaquim Nabuco (janeiro de 1985), a fase de avaliação do Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de baixa renda se inscreve, no processo de aproximações sucessivas adotado neste estudo, em prosseguimento à análise global do setor informal da RMR e à fase de caracterização do segmento específico da prestação de serviços na RMR.

Essas fases preliminares do estudo, especificadas acima, deverão conduzir à configuração do ambiente onde se insere o programa, permitindo um primeiro delineamento de suas possibilidades e de seus limites.

A tarefa de avaliar o PATRA envolve, fundamentalmente, o exercício de perscrutar o programa e seu ambiente circunjacente na perspectiva de gerar indagações precisas, pertinentes e susceptíveis de um desdobramento operacional adequado, a partir de uma base de informações a ser estabelecida e de procedimentos metodológicos de eficácia comprovada.

3.1. O ambiente, o programa e as indagações suscitadas

Uma das primeiras atividades da fase de avaliação do PATRA haverá de ser a recapitulação de seus antecedentes sob a forma de uma cronologia da concepção e da implementação do programa.

De acordo com os termos de referência o processo de avaliação pode ser desdobrado em três momentos, a saber:

- avaliação do conteúdo do Programa, em seus aspectos de concepção e operacionalização;
- análise da viabilidade econômico-financeira;
- estudo de alternativas de sustentação econômico-financeira do programa.

O ponto de partida para a geração das indagações básicas será dado pela recapitulação dos objetivos ordenados no Diagrama 3, e da estruturação geral do programa, retratada no Diagrama 4.

DIAGRAMA 3

PATRA: GRAFO DOS OBJETIVOS

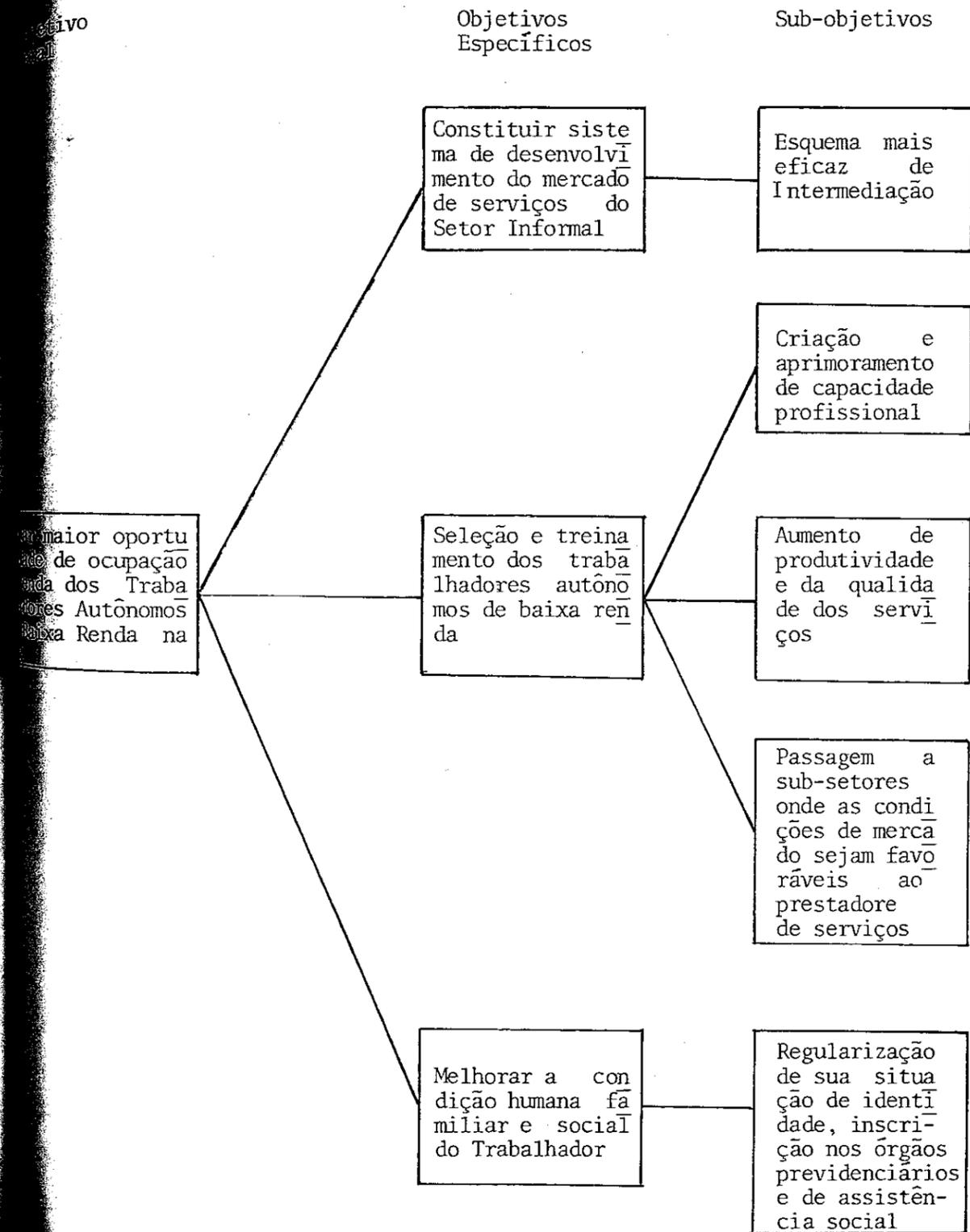
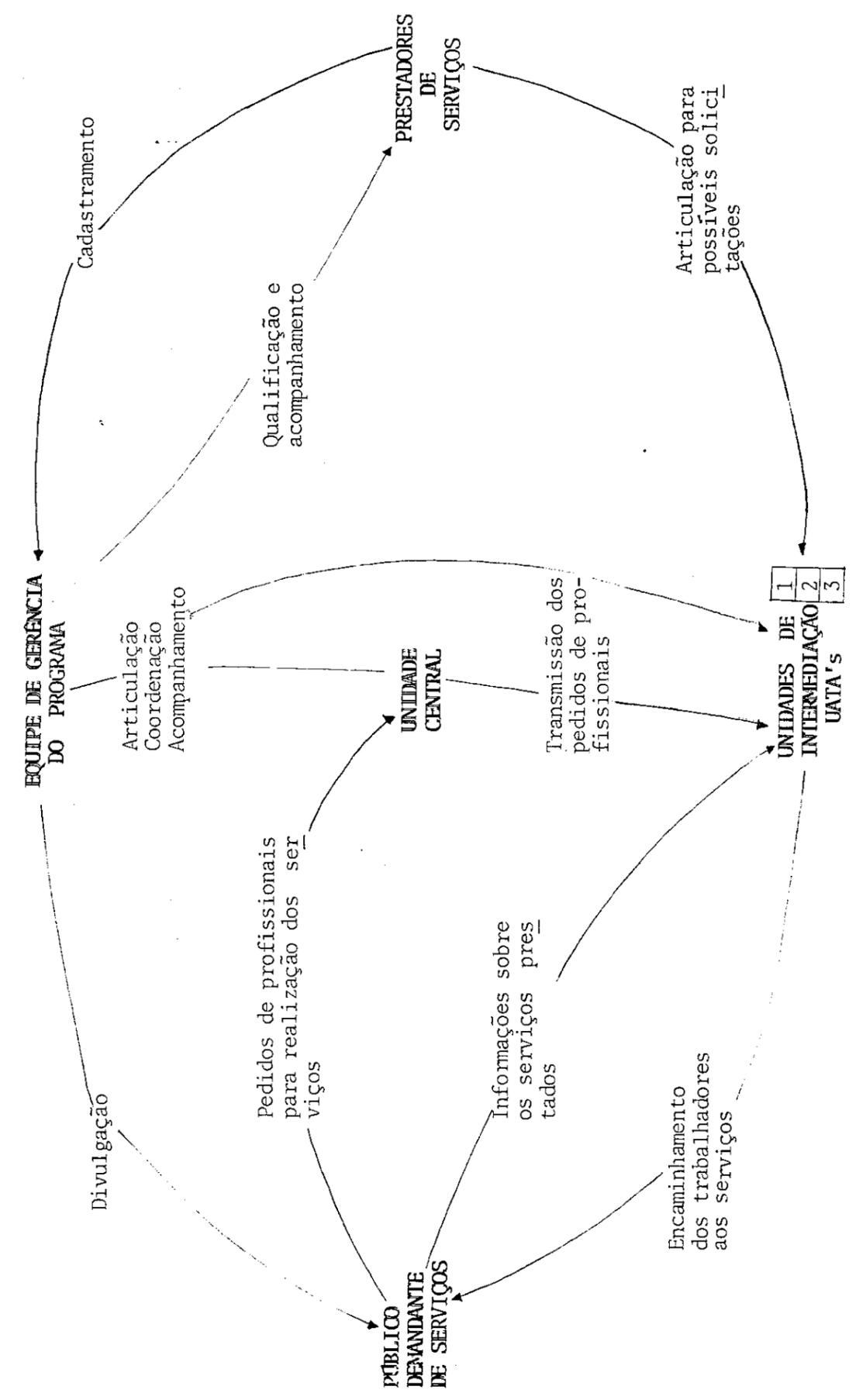


DIAGRAMA 4
PATRA: ATORES E PROCESSOS



A título apenas indicativo, e partindo-se do geral para o particular, o exercício do confronto do programa com os objetivos e o ambiente circunjacente deverá conduzir à formulação de indagações do seguinte tipo:

- os objetivos estão formulados adequadamente vis-à-vis dos problemas identificados no diagnóstico?
- o programa, enquanto sistema, está adequado aos objetivos definidos?
- o que se pode dizer do programa enquanto processo? eficiente em termos operativos? eficaz em termos de resultados?
- qual o grau de conhecimento e o nível de compreensão do programa por parte dos atores envolvidos?
- qual o grau de eficiência e eficácia do programa em termos das distintas operações em que se desdobra o programa e na perspectiva dos principais atores envolvidos? (ver Diagrama 2).
- qual a sua natureza e a quanto montam os custos diretos e indiretos do programa?
- quem suporta esses custos?
- os benefícios do programa, diretos e indiretos, como podem ser retratados e quantificados?
- esses benefícios compensam os custos incorridos: em termos econômicos? em termos financeiros?
- quais os arranjos institucionais possíveis, sob quais condições, para dar sustentação econômico-financeira ao programa?

3.2. Estabelecimento de uma Base de Informações

Na investigação acerca do Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo - PATRA - será atribuída uma grande importância à obtenção de indicadores representativos da realidade do programa e da população beneficiada, procurando-se conhecer essa realidade de maneira mais profunda que extensa. Serão utilizadas as informações já existentes e dados novos que serão gerados a partir de contatos diretos, através de questionários e entrevistas, junto aos trabalhadores autônomos, assistidos ou não pelo

programa; aos usuários, ou seja, os demandantes dos serviços; e também junto ao pessoal do SINE, responsável pela execução, gerência e coordenação do PATRA.

3.2.1. Material existente

Do material existente merecem destaque para o estudo as fichas de cadastramento, as fichas de avaliação individual dos serviços prestados e os mapas demonstrativos. Esses elementos que servem para acompanhar a execução do programa deverão fornecer subsídios não apenas para a avaliação da operacionalização do PATRA, como também para a compreensão do elenco de dificuldades vividas pelos trabalhadores autônomos de baixa renda da RMR.

A seguir proceder-se à especificação de cada um desses elementos isoladamente:

3.2.1.1. Fichas de Cadastramento

O cadastramento corresponde ao primeiro passo que o prestador de serviço deverá efetuar para participar do PATRA. Esse cadastramento, anteriormente realizado pelas UATA's e agora através da gerência do programa, consiste na apresentação de alguns documentos exigidos e no preenchimento de um questionário de cunho sócio-econômico, pelo trabalhador. Até o primeiro semestre deste ano o tipo de ficha utilizada (anexo 1) para inscrição no PATRA continha informações sobre os dados pessoais, documentação, referências profissionais, instrução e renda. Como é muito difícil para um trabalhador autônomo de baixa renda definir seus rendimentos e, ainda, porque essas informações podem facilmente sofrer o viés associado ao receio do trabalhador em prejudicar sua oportunidade, em favor daqueles que alegaram ter renda menor a gerência do programa achou conveniente retirar essa questão da ficha de cadastro.

Na nova ficha (anexo II), adotada a partir de julho de 1985, o trabalhador pode se inscrever em até três ocu-

pações distintas. Uma pequena falha encontrada nessa nova ficha foi a ausência de um espaço apropriado para a anotação da data de inscrição. Apesar do ocorrido, as inscrições estão sendo datadas no espaço existente junto a indicação SINE-PE.

Depois de preenchida, a ficha de cadastro fica arquivada na gerência do PATRA, e alguns dados são enviados para a UATA correspondente à área de abrangência do domicílio do trabalhador. Anteriormente as fichas eram arquivadas nas UATA's onde as inscrições eram efetuadas.

Existe ainda na nova ficha um espaço destinado à avaliação dos três primeiros serviços realizados pelo trabalhador autônomo. Avaliação essa de grande precisão, decorrente do contato direto (telefone) do programa com a clientela.

3.2.1.2. Fichas de avaliação individual dos serviços prestados

O encaminhamento dos trabalhadores para os serviços é feito pelas UATA's através de cartas-apresentação (ver anexo III), que devem ser respondidas pelos clientes contratantes dos serviços. Essas cartas contêm informações sobre tipo, preço e duração do serviço, bem como uma avaliação da qualidade do serviço executado pelo trabalhador contratado. O acompanhamento é realizado através da transferência das informações das cartas para as fichas de avaliação individual. Para cada serviço prestado pelo trabalhador deverá corresponder uma avaliação.

E' importante saber que um dos pontos estranguladores do programa está nas respostas das cartas-apresentação. O trabalhador tem como obrigação devolver à UATA a carta devidamente respondida. As questões sobre tipo de serviço realizado, tempo gasto na sua execução, preço cobrado, etc são respondidas pelos clientes com a maior presteza. No entanto, a parte referente à avaliação do desempenho do prestador do serviço, normalmente não corresponde à realidade. E' comum, após a saída do trabalhador do domicílio, o cliente telefonar para a Central de Operações e fazer a sua real avaliação alegando que se sentiu constrangido em avaliar o prestador do serviço na sua presença. Pode-se concluir então que as informações das fichas de avaliação baseadas

nas respostas das cartas-apresentação devem ser utilizadas com reservas para uma avaliação do serviço individual. A gerência do programa através das informações dadas diretamente as UATA's pelos clientes e ainda através dos registros de reclamações mensais vem elaborando relatórios semestrais do desempenho dos trabalhadores. Esses relatórios serão alvo também da avaliação.

3.2.1.3. Mapas demonstrativos

Elaborados mensalmente pela equipe de gerência do PATRA, a partir das informações enviadas pelas UATA's, esses mapas (ver anexo IV), registram as estatísticas referentes às inscrições e encaminhamentos dos trabalhadores autônomos em resposta às solicitações de prestação de serviços. Os dados são apresentados por cada UATA isoladamente, e depois, condensados, compõem um quadro onde se tem o resultado geral de encaminhamentos do PATRA. Vale ressaltar ainda que essas estatísticas encontram-se também detalhadas em outros mapas que se apresentam segundo a categoria profissional do trabalhador.

As informações contidas nesses mapas são as seguintes: número de inscrições realizadas, total de encaminhamentos, números de encaminhamentos com serviços efetivados, encaminhamentos com serviços não efetuados, encaminhamentos que não deram lugar a informação sobre a realização ou não do serviço. Existem ainda dados referentes ao número de profissionais que executaram os serviços, o número de horas trabalhadas e a renda arrecadada.

Esses mapas serão de grande utilidade neste estudo de avaliação tendo em vista os subsídios concretos para o acompanhamento do desenvolvimento das ações decorrentes da implantação do programa de intermediação.

3.2.2. Dados novos da Fase 2 - Prestação de Serviços

Esses dados serão gerados a partir dos instrumentos de coleta acionados na Fase 2, ou seja, aprofundamento da análise global: identificação das atividades informais apresentando

maiores possibilidades de se desenvolverem e caracterização das especificidades do segmento trabalhador autônomo de baixa renda na prestação de serviços.

Os dados a serem trabalhados serão produtos das seguintes variáveis:

- sensibilização para o programa;
- conhecimento do programa;
- uso do programa e a intensidade deste uso;
- e, por fim um exame crítico.

Estes dados serão fornecidos pelos seguintes atores:

- a) demandantes dos serviços, ou seja, as famílias da RMR que demandam serviços sendo para isto utilizada a amostra do segmento prestação de serviços;
- b) instituições demandantes de serviços, também incluídas na amostra do segmento prestação de serviços; e
- c) ofertantes de serviços.

Ao nível da oferta, como da demanda, serão formuladas questões tais como; você conhece o programa de apoio ao trabalhador autônomo? Já utilizou alguma vez o programa? Se sim, quais as vantagens advindas da sua utilização? Quais as falhas encontradas? Quantas vezes utilizou? Se não utilizou, qual a razão? Quais as categorias que mais utilizam o programa?, além das outras questões suscitadas a partir dos trabalhos da Fase 1.

3.2.3. Entrevistas com os elementos envolvidos

Num terceiro momento da avaliação, através de entrevistas diretas com os elementos envolvidos no programa, seja do lado da oferta, do lado da demanda e ainda junto aos executores, procurar-se-á conhecer mais profundamente os mecanismos efetivos do PATRA. Essas entrevistas deverão seguir um roteiro lógico adaptado a cada situação, e aos grupos de serviços.

- Entrevistas junto aos trabalhadores cadastrados e já encaminhados pelo PATRA: essas entrevistas deverão ser feitas de forma proporcional ao nº de pessoas cadastradas em cada UATA. Deverá

ser levada em conta também a existência de ocupações cujos trabalhadores se vêm mais integrados ao sistema de intermediação. Nessas entrevistas serão colhidas as impressões daqueles trabalhadores autônomos quanto a operacionalização do PATRA, seu nível de satisfação por participar do programa, como e se a sua inclusão no PATRA conseguiu melhorar o seu nível de renda, e quais suas sugestões para o aprimoramento do sistema de intermediação. Serão também entrevistados alguns trabalhadores autônomos que através do PATRA conseguiram formar sua clientela própria e se desligaram automaticamente do programa;

entrevistas junto aos demandantes do PATRA: através de informações conseguidas nas UATA's, serão visitados alguns domicílios que já utilizaram os serviços do programa. Procurar-se-á saber de que forma esses demandantes tomaram conhecimento da existência do PATRA, suas impressões quanto a sua operacionalização, seu nível de satisfação em relação aos serviços demandados, e suas sugestões para o aperfeiçoamento do PATRA;

entrevistas junto aos executores e gerência do PATRA: essas entrevistas darão uma idéia do funcionamento do programa e principalmente dos entraves encontrados na sua execução. Serão analisadas também as razões das mudanças necessárias, desde a criação do programa até o momento da pesquisa.

3.3. Procedimentos e produto final

O desdobramento mostrado a seguir representa o roteiro presumido para o relatório de avaliação, segundo o qual são detalhados os procedimentos metodológicos pertinentes.

3.3.1. Antecedentes - cronologia

Sob esta rubrica serão recapitulados os principais marcos ao longo da implementação do programa, desde a sua concepção original até sua forma de operação atual. As principais fontes utilizadas serão os relatórios e documentos existentes, complementados com as entrevistas com executores e ex-executores do PATRA.

3.3.2. Avaliação propriamente dita

O ponto de partida para esta parte do trabalho será dado naturalmente pelos elementos produzidos ao nível das fases anteriores - a análise global da natureza, das características e do alcance do setor informal e a caracterização do segmento específico da prestação de serviços na RMR.

Mais especificamente esta parte consistirá em um trabalho de análise em torno das indagações formuladas em 3.1 a partir da base de dados definida em 3.2, à luz da correspondência mostrada na Tabela 7.

3.3.3. Análise da viabilidade econômica-financeira

Para essa análise adotar-se-á o princípio geral do confronto entre os benefícios e os custos do programa, distinguindo-se os dois enfoques: o econômico - retratando a viabilidade do programa no contexto da economia regional - e o financeiro - retratando a situação do programa nos termos estritos de sua gestão financeira.

A análise dos benefícios será procedida a partir da geração de indicadores com base no grafo dos objetivos. Para cada um dos sub-objetivos mostrados no Diagrama 1 procurar-se-á determinar a natureza e o alcance das transformações imputáveis ao programa, ou seja, para cada indicador retido, procurar-se-á determinar a variação observada ou projetada sob duas hipóteses: "com" e "sem" o programa, computando-se, evidentemente, como benefícios, apenas os incrementos devidos ao programa.

Esses benefícios serão em seguida confrontados aos custos do programa com vistas à determinação dos índices usuais: o valor líquido atualizado e a taxa de rentabilidade interna do programa.

TABELA 7

PATRA: Correspondência base de informações - itens da avaliação

Itens da pesquisa	Base de Informações							
	Cadastro prestadores de serviço - PATRA	Fichas de avaliação Individual	Mapas demonstrativos PATRA	Mostra demandas de serviço RMR	Mostra prestadores de serviço RMR	Entrevistas trabalhadas operando VIA PATRA	Entrevistas c/ usuários de serviços do PATRA	Entrevistas c/ executores do PATRA
1 - Atores envolvidos - o que são, o que pensam:								
- Público usuário = Demanda		x	x				x	
- Prestadores de serviço = Oferta	x	x			x	x		
- Executores do PATRA = Intermediário		x	x			x	x	
2 - Objeto das indagações:								
- Divulgação: grau de conhecimento do programa por parte do público demandante e dos prestadores dos serviços	x		x		x	x		
- Importância da intermediação do PATRA no total de transações realizadas com os serviços objeto do programa	x		x		x	x		
- Qualidade dos serviços dos profissionais autônomos	x	x						
- Qualidade do serviço da intermediação - PATRA		x						
- Custos do programa	x							
- Benefícios do programa	x	x						
- Alternativas de sustentação econômico-financeira	x		x					

3.3.4. Estudo de alternativas de sustentação econômico-fi nanceira

Uma vez verificadas a medida e as condições de viabilidade econômica do programa serão estudados os distintos arranjos institucionais susceptíveis de dar sustentação financeira ao programa, à luz das disponibilidades e disposições dos possíveis órgãos financiadores, por um lado, e dos limites das possibilidades de auto-financiamento, a partir de contribuições dos usuários, por outro lado.

TERCEIRA PARTE:
CRONOGRAMA E MEIOS UTILIZADOS

1. Cronograma

As atividades discriminadas no Diagrama 1 serão desenvolvidas no período de 12 (doze) meses, conforme cronograma a seguir.

2. Meios Utilizados

A pesquisa será realizada nas dependências da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, no âmbito do Departamento de Economia do Instituto de Pesquisas Sociais. Será utilizada toda a infraestrutura disponível para a realização da pesquisa, tais como: o apoio documental, notadamente através da Biblioteca Blanche Knopf, e os recursos da Massangana Informática, incluindo as informações do Banco de Dados e os dispositivos para processamento de dados.

A equipe técnica permanente será constituída de pesquisadores do Departamento de Economia, e complementada por uma equipe de consultores especialmente convidados em função das qualificações acadêmicas e dos estudos científicos realizados na área de emprego e setor informal. Participarão ainda do trabalho os pesquisadores de campo com experiência em levantamento de dados.

Os resultados da pesquisa serão apresentados sob forma de relatórios, nos prazos estipulados no cronograma. Para cada um desses relatórios espera-se contar com as avaliações e críticas por parte das entidades vinculadas à pesquisa. Além dos relatórios serão utilizados recursos audio-visuais para retratar determinados aspectos da pesquisa: um video-tape e um audio-visual (slides + sonorização).

Ao final da pesquisa será realizado um seminário com especialistas na área de emprego, setor informal e avaliação de programas de governo, onde serão discutidas as constatações mais significativas da pesquisa, e uma proposta de estratégia de atuação e de políticas governamentais.

ESTUDO DO SETOR INFORMAL DA RMR

F A S E S	M e s e s												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Análise Global do Setor Informal													
Estudo Específico - prestação de serviços													
Avaliação do PATRA													
Proposta de Política													
Discussão/divulgação dos resultados (Parciais e Finais)													

--- Trabalho de edição
 ○ Entrega do relatório